

Literatura, imprensa e justiça: uma análise de "O filho do pescador" de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa (1843).

Caio A. F. Jabbour*, Rodrigo C. de Godoi.

Resumo

Esta pesquisa propõe uma leitura do romance *O filho do pescador*, de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, a partir da perspectiva da história social da literatura. Publicado no periódico regressista e, posteriormente, conservador *O Brasil*, em 1843, o folhetim estabelece um intenso diálogo com o momento histórico em que o Império brasileiro se encontrava – destacando-se os conflitos armados emergindo por todo o território, além da crise gerada pelas disputas entre os recém-formados Partidos Liberal e Conservador. Nesse sentido, a pesquisa procura demonstrar que, em uma possível reinterpretação das Revoltas Liberais de 1842, Teixeira e Sousa apresentou soluções ficcionais para os processos que ecoaram ao longo do ano de 1843, sobretudo no julgamento dos revoltosos paulistas e mineiros.

Palavras-chave: *Literatura - Imprensa - Ficcionalização da Justiça.*

Introdução

Finda as Revoltas Liberais de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, restou aos revoltosos aguardar o resultado de seus respectivos julgamentos, já em 1843. Ao mesmo tempo, a imprensa conservadora ateu-se em acompanhar os resultados dos processos que, em maioria, resultaram em anistia dos envolvidos. Dentre os periódicos conservadores, encontramos *O Brasil*, comandado por Firmino Rodrigues Silva e Justiniano José da Rocha até 1842 e, posteriormente, apenas pelo último.

Em meio ao fervor dos julgamentos, é publicado no rodapé do periódico um romance intitulado "*O filho do pescador: romance brasileiro original*" que narrou as peripécias de Laura, uma mulher jovem que é encontrada após o naufrágio de sua embarcação e casa-se com seu salvador. Com o desenvolvimento do enredo, Laura se envolve com outros homens, procurando sempre eliminar de seu amante antecessor (seja por envenenamento ou assassinato). Ao envolver-se com um rapaz jovem que mais tarde descobre ser seu filho perdido, a protagonista é surpreendida com outra revelação: seu primeiro marido, Augusto, o filho do pescador, estava vivo e acompanhou todos seus crimes. Laura, então é perdoada por Augusto e destina o resto de seus dias a viver em um convento e arrepender-se.

A partir dessa narrativa, esta pesquisa tem como hipótese a ficcionalização da justiça proposta por Teixeira e Sousa, que utiliza dos processos e julgamentos para compor seu romance e, ao mesmo tempo, imagina uma solução ficcional para os mesmos processos, a anistia dos revoltosos.

Resultados e Discussão

A pesquisa foi dividida em dois momentos: os primeiros seis meses foram dedicados a compreender como o folhetim – aqui entendo folhetim como um espaço presente na geografia do jornal – é articulado e qual o papel da ficção dentro dele. Para isso, o periódico foi analisado desde o momento de sua fundação em 1840 até seu último número que teve o romance que é objeto deste estudo publicado, totalizando mais de 400 edições do periódico, visando uma análise que compreenda a historicidade do próprio jornal.

Após o levantamento realizado do periódico, a segunda parte da pesquisa compreende em direcionar a análise para os anos de 1842 e 1843, relendo o jornal em consonância com a *Gazeta dos Tribunaes*, enfocando os diálogos entre as Revoltas Liberais, os julgamentos dos revoltosos e a publicação do romance.

Conclusões

A leitura sistemática do jornal permitiu identificar que o periódico estava estreitamente ligado à agenda inicialmente regressista e, posteriormente, conservadora do Império, concentrando-se em expor seu posicionamento frente às decisões parlamentares de forma a questionar o governo liberal que estava no poder desde o Golpe da Maioridade de 1840.

A preocupação dos editores com assuntos literários fica evidente, não apenas em sua primeira edição, mas ao longo de todos os anos observados e a mudança da tipografia responsável pelo periódico foi essencial para a manutenção dessa preocupação, uma vez que no ano de 1842, nenhuma edição do periódico apresentou folhetim. O diálogo entre o rodapé da página e seu corpo, ou seja, entre o que era noticiado e o folhetim ocorriam de forma corriqueira ao longo dos quatro anos analisados. Além disso, foi possível observar que o periódico recorrentemente transformava questões políticas e debates parlamentares em temas de narrativas que eram publicadas no folhetim, resultando em processo de ficcionalização da política imperial e não apenas da justiça.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador Rodrigo Camargo de Godoi pela confiança, paciência e constante apoio e discussão intelectual. Também agradeço ao Grupo Literatura e Mundos do Trabalho, uma vez que sem ele, meu projeto ainda estaria em estágio de gestação. Por fim, agradeço a Fapesp pelo financiamento essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.